

SEXTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 1990

CONJUNTURA

(con. Branci)

Ministério admite recessão em agosto

MIRIAM LEITÃO

BRASÍLIA — A recessão chega em agosto. Esta é a previsão feita no Ministério da Economia para a evolução da conjuntura econômica. Alguns dados que os economistas têm em mãos indicam uma forte queda na demanda de vários produtos. "As pessoas estão consumindo menos que antes", conclui um categorizado funcionário. Com base nisso, e certos de que em menos de dois meses os cortes nos gastos, a política monetária apertada e o barateamento dos custos provocado pela nova política industrial vão surtir efeito, os integrantes da equipe econômica estão fazendo suas previsões. Imaginam um difícil mês de julho e em agosto o primeiro número indicando que a inflação está em queda.

"No mês de julho estaremos no momento mais complicado", prevê esse economista. Ele acha que o governo ficará debaixo de críticas e de descrédito por haver tomado medidas duras que ainda não terão mostrado seu lado benéfico. A taxa de inflação deve ficar em dois dígitos no próximo mês. E em agosto a recessão estará instalada na economia brasileira. Um dos economistas chega ao detalhe de prever que a primeira taxa indicando que a inflação iniciará sua curva descendente será colhida na segunda semana de agosto. Portanto, este ano, o mês dos azares nacionais terá duas notícias: uma boa e uma ruim.

Com vendas em queda e encordadas ao setor industrial desfeitas, as atuais discussões sobre indexação e repasse aos preços vão ficar superadas, imagina o governo. Nem os trabalhadores terão ânimo de pressionar por indexação nem os empresários poderão fazer repasses aos seus preços sem acelerar ainda mais a queda das vendas.

A inflação não tem oxigênio para continuar a subir. É assim que se pensa na equipe econômica. A política monetária nos primeiros três meses do governo Collor foi ainda mais dura do que as metas estabelecidas, segundo contas que estavam sendo fechadas ontem. O equívoco de quem imagina que a taxa vai continuar subindo, na opinião do governo, é não levar em conta que alguns vetores já estão começando a agir. E esses vetores são basicamente uma política fiscal dura, arrocho monetário, importações mais livres e não-indexação dos salários.

A movimentação do Congresso por alguma política salarial que corrija automaticamente os salários mais baixos não preocupa o governo. As informações que tem indicam que o Congresso não conseguirá aprovar nenhuma lei salarial. E os economistas do governo estão absolutamente convencidos de que a medida provisória editada esta semana é suficiente para aclarar a situação.